

## Tabela do IR será corrigida em 3%. Mínimo pode subir para R\$ 375

Valdir Raupp diz que governo definiu reajuste na tabela do IR da pessoa física; Gilmar Machado confirma novo valor do salário mínimo

O governo concordou em reajustar a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física em 3% no dia 1º de janeiro próximo e em mais 3% em 2008. A informação é do relator-geral do Orçamento, senador Valdir Raupp. Já segundo o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Gilmar Machado, o governo aceitou o reajuste do salário mínimo para R\$ 375 no ano que vem. **Página 5**

José Cruz



Paulo Brandão (E), chefe do serviço de braille, ao lado de Renan, Efraim e Agaciel

### Senado expande serviço de impressão em braille

O presidente do Senado, Renan Calheiros, inaugurou ontem a expansão do sistema de impressão em braille da Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado, o qual completa seu 8º ano. Com duas novas impressoras, cada uma com capacidade de produção de 1.200 páginas por hora, o serviço quadruplica a capacidade de impressão em braille da Casa para atender a crescente demanda de bibliotecas e entidades. **Página 2**

### Comissão aprova regras para exercício da medicina

A regulamentação do exercício da profissão da medicina foi aprovada por unanimidade na Comissão de Assuntos Sociais. O substitutivo de Lúcia Vânia será submetido

a turno suplementar de votação na CAS. Ideli Salvatti avisou que apresentará recurso para que a matéria vá a Plenário antes de seguir para a Câmara. **Página 3**

### Debate sugere plano de robótica

**Página 3**

### As perspectivas do terceiro setor

**Página 5**

### Suspensão prévia para advogado que facilitar crime

A Comissão de Justiça aprovou modificações no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, a fim de aperfeiçoar e ampliar a competência da entidade para julgar processos ético-disciplinares. Por ter recebido decisão terminativa, o projeto segue para exame da Câmara. **Página 4**



Célio Azeredo

Debate reúne Paulo Bernardo (E), Biscaia, Lando, Jorge Hage e Luiz Navarro

### Ministros dão receita para combater a corrupção

**Página 6**



Presidente do Senado afirma que iniciativa torna a gráfica da Casa uma das mais completas do mundo. Novo serviço marca o oitavo ano de impressão em braile

## Renan inaugura expansão do sistema de impressão em braile

O presidente do Senado, Renan Calheiros, inaugurou ontem a expansão do sistema de impressão em braile da Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado, dizendo que a iniciativa torna a gráfica da Casa uma das mais completas do mundo. Na inauguração, ele acionou o computador que reproduz um texto com marcas em relevo para ser lido por cegos, que hoje somam 1,5 milhão de brasileiros.

Com duas novas impressoras, cada uma com capacidade de produção de 1.200 páginas por hora, o novo serviço marca o oitavo ano de impressão em braile pelo Senado. Dessa forma, a Secretaria de Editoração do Senado tem, agora, sua capacidade quadruplicada para atender à demanda crescente de bibliotecas e entidades de pessoas com deficiência.

Renan Calheiros determinou que as obras em braile sejam expostas em todas as feiras e exposições de livros das quais a Casa venha a participar. Ao lado do 1º secretário, senador Efraim Moraes (PFL-PB), do diretor-geral, Aga-



Renan (2º à esq.), ao lado de Paulo Brandão (E), Efraim, Agaciel e Garibaldi, observa obras

ciel Maia, do diretor-executivo da secretaria, Júlio Pedrosa, do chefe de serviço Paulo Brandão e do senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), o presidente do Senado afirmou que a iniciativa aproxima ainda mais o Senado da sociedade.

Segundo Renan, desde que foi criada a Comissão Especial de Acessibilidade do Senado Federal, em 2004, muito já foi feito para tornar a instituição mais acessível às pessoas com defici-

ência. Agaciel Maia destacou que o Senado foi o primeiro órgão público brasileiro a publicar em braile. Júlio Pedrosa apresentou a coletânea em braile de leis e decretos sobre os direitos das pessoas com deficiência.

Paulo Brandão, que é portador de deficiência visual, informou durante a solenidade que também foi publicada a lei que regulamenta o uso do cão-guia por pessoas com deficiência visual (Lei 11.126/05).

## Políticos mirins eleitos em concurso visitam o Senado

Renan Calheiros recebeu ontem a chapa mirim vencedora do concurso promovido pelo suplemento Globinho, do jornal *O Globo*, que elegeu presidente e vice-presidente da República, ministros da Saúde, Educação, Habitação e Esporte. Participaram da promoção alunos de cem escolas públicas e

particulares da região metropolitana do Rio de Janeiro. Renan elogiou a iniciativa do concurso, que, a seu ver, é uma maneira de fortalecer a cidadania.

### TV digital

Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, o vice-

presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, e o presidente da Radiobrás, Eugenio Bucci, assinaram ontem o protocolo de intenções que estabelece uma parceria entre as emissoras dessas quatro instituições para a implantação do padrão brasileiro de televisão digital.

## Prazo para indicação dos membros da CPI das ONGs é de cinco dias

Logo depois de abrir o 2º Fórum Senado Debate Brasil, no auditório do Interlegis, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou, em entrevista, que deu prazo de cinco dias para os líderes partidários indicarem os integrantes da CPI que vai investigar o funcionamento das organizações não-governamentais.

– Espero agora que os líderes façam as indicações. Se não indicarem, vou fazer como fiz das vezes anteriores: vou indicar. – explicou.

O presidente do Senado assinalou que, no que depender dele, pode ser possível que a comissão comece a funcionar ainda neste

ano. Renan explicou que, estando conferidas as assinaturas de apoio à CPI, havendo fato determinado para investigação e lido o requerimento, não há nada que impeça a instalação.

– Os líderes falavam em fazer um acordo para começar os trabalhos no próximo ano, mas esse acordo não chegou a mim e, assim, não tive outra coisa a fazer senão mandar ler o requerimento. A Mesa não poderia ficar indefinidamente esperando que esse acordo acontecesse. Agora estou esperando as indicações. Se não indicarem, eu o farei, sempre obedecendo à Constituição e ao Regimento – ressaltou.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário

A sessão deliberativa tem início às 14h. Trancam a pauta as medidas provisórias (MPs) 316, 317 e 318/06, encaminhadas pela Câmara dos Deputados e transformadas nos projetos de Lei de Conversão (PLVs) 22, 23 e 24/06, que foram incluídas ontem na ordem do dia. Se a pauta for liberada, o primeiro item a ser discutido e votado é o projeto que altera o prazo do mandato do presidente da República e proíbe a sua reeleição. Outros projetos serão votados também com o objetivo de proibir a reeleição de prefeitos e de governadores de estados e do Distrito Federal.

### Comissão de Orçamento faz três reuniões

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se às 10h, às 14h e às 18h30, após a ordem do dia, para votar projetos de lei e mensagens.

### Mulheres

O Congresso Nacional reúne-se em sessão solene às 10h, para celebrar a campanha “Dezesseis Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres” e comemorar o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, evento já realizado em 130 países.

### Terceiro setor

Palestra do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), às 9h, abre a programação do Fórum Senado Debate Brasil “Terceiro Setor – Cenários e Perspectivas”, que discute um marco legal para as ONGs e demais entidades sem fins lucrativos. O evento encerra-se às 18h15.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros

**1º Secretário:** Efraim Moraes

**2º Secretário:** João Alberto Souza

**3º Secretário:** Paulo Octávio

**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos

**Suplentes de Secretário:** Serys Shessarenko, Papató Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:**

Armando S. Rollemberg

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

**Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 2º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920**

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Mozarildo Cavalcanti, Paulo Paim e Eduardo Azeredo e pela senadora Heloísa Helena





Flávio Arns (3º à esq., na mesa) diz que pela primeira vez o tema é discutido no Senado

## Especialistas sugerem elaboração de Plano Nacional de Robótica

A elaboração de um Plano Nacional de Robótica e a inclusão de verbas específicas para o setor no Plano Plurianual 2008/2011 foram sugestões apresentadas ontem por especialistas em audiência pública conjunta da Comissão de Educação (CE) e da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia.

A adoção de uma política específica para o setor poderá estimular a instalação no Brasil de novas empresas ligadas à área, previu o coordenador-geral de Microeletrônica do Ministério da Ciência e Tecnologia, Henrique de Oliveira Miguel.

O diretor de Automação Industrial da Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica,

José Luiz Rubinatto, sugeriu a redução do índice de nacionalização exigido pelo governo para o financiamento de projetos de robôs na indústria.

A sugestão foi contestada pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), para quem mais importante seria a criação de condições para que as compras do exterior fossem cada vez menos necessárias. O senador Augusto Botelho (PDT-RR) pediu aos especialistas que retornem com mais frequência ao Congresso Nacional.

Na presidência da audiência pública, o senador Flávio Arns (PT-PR) lembrou que essa era a primeira vez que se discutia o tema robótica no Senado.

## Audiência pública debaterá conflito fundiário urbano

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou requerimento do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) para a realização de audiência pública destinada a debater os problemas relacionados a conflitos e regularização fundiária urbanos, tendo como foco a relação entre habitação e direitos humanos.

Deverão ser convidados para a audiência a secretária nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades, Raquel Rolnik; a subprocuradora-geral da República Ela Wiecko de Castilho; o coordenador do Movimento Nacional da Luta pela Moradia (MNLM), Antônio José

de Araújo; e a relatora nacional para o Direito Humano à Moradia Adequada, do projeto Relatores Nacionais da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DhESCA Brasil), Lúcia Maria Moraes.

### Braille

A CDH aprovou ainda parecer favorável de Paulo Paim (PT-RS) a projeto de autoria de Valdir Raupp (PMDB-RO) que obriga a Fazenda Pública a expedir documento de arrecadação de receita tributária em braille, a pedido de contribuinte ou do responsável tributário portador de deficiência visual. O projeto (PLS 204/06-Complementar) vai ao Plenário.

Acolhido por unanimidade na Comissão de Assuntos Sociais, substitutivo de Lúcia Vânia terá 2º turno de votação. Ideli anuncia que apresentará recurso para votação do texto em Plenário

# Normas para a atividade dos médicos são aprovadas pela CAS

A regulamentação do exercício da profissão da medicina foi aprovada ontem por unanimidade na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O substitutivo da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) aos projetos dos então senadores Geraldo Althoff (PLS 25/02) e Benício Sampaio (PLS 268/02) – também conhecido como projeto do ato médico – ainda será submetido a turno suplementar de votação na próxima reunião do colegiado, quando receberá decisão terminativa. A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), avisou que apresentará recurso para que a matéria seja votada também no Plenário antes de seguir para análise da Câmara.

– Um projeto que causou tanta polêmica tem que ser analisado por todos os senadores da Casa, para que todas as dúvidas sejam debatidas e seja ainda mais aprimorado – justificou Ideli.

Lúcia Vânia fez questão de ler todo o seu parecer e ainda o pro-

jeto, além de vários e-mails que recebeu de representantes de diversas categorias da saúde, alguns contrários e outros favoráveis ao texto. Na platéia, representantes de algumas áreas se manifestavam contra a matéria.

Durante sua exposição, Lúcia Vânia lembrou que o substitutivo foi resultado de várias reuniões e audiências públicas e que, embora a unanimidade em torno do texto não tenha sido alcançada, houve consenso entre a maioria das categorias profissionais da saúde.

– Não posso dizer que o substitutivo seja meu, pois foi feito a muitas mãos – observou.

O presidente da CAS, Antô-

nio Carlos Valadares (PSB-SE), enalteceu o esforço da senadora na construção de um projeto consensual. Para ele, Lúcia Vânia agiu corretamente ao optar pela rejeição do PLS 25, por ser “muito resumido e sintético”, e fazer um texto com base no PLS 268.

Papaléo Paes (PSDB-AP), que é médico, afirmou que o substitutivo não traz prejuízo a nenhuma categoria profissional da área.

### Incor

A CAS aprovou ainda requerimento de Eduardo Suplicy (PT-SP) e Valadares para a realização de audiência sobre os problemas financeiros do Instituto do Coração (Incor) e seus reflexos.



Fotos: Célio Azevedo

## Lúcia Vânia optou por não usar o termo “ato médico”

Para chegar ao texto final do substitutivo, Lúcia Vânia decidiu fazer várias alterações no PLS 268, que tinha 63 artigos, e rejeitar o PLS 25. Uma das principais modificações propostas no novo texto, que ficou com apenas oito artigos, foi o abandono do conceito de ato médico, com o objetivo, segundo a relatora, de não interferir com as demais profissões da área da saúde. Assim, a nova proposta define o campo de atuação do médico e, dentro desse campo, quais atividades devem

ser privativas dos médicos.

Entre as 15 atividades privativas estão a definição do diagnóstico e a prescrição terapêutica; a indicação e execução da intervenção cirúrgica; a entubação traqueal; a execução de sedação profunda e de anestesia geral; a realização de perícia médica e exames médico-legais; e a atestação médica de condições de saúde e de óbito. Em relação às atividades privativas, o substitutivo também é mais detalhado e extenso e, segundo Lúcia Vânia, excetua diversas atividades que

podem ser praticadas por outros profissionais da saúde.

“Esse detalhamento, associado às exceções, permitiu que o texto final fosse obtido por consenso entre representantes dos médicos e dos demais profissionais da área”, disse a senadora na justificativa da proposta.

Outro ponto modificado é a permissão para que os demais profissionais possam dirigir centros de saúde, mas o projeto mantém como privativa da categoria médica a direção de serviços médicos.

Relatora do texto, Lúcia Vânia buscou não interferir com as demais profissões da saúde

## Sistema de informação do Senado recebe prêmio

O sistema de informações Siga Brasil, que apresenta dados sobre o Orçamento da União por meio da internet, recebeu na terça-feira o Prêmio Brasil de Tecnologia da Informação e das Comunicações. O sistema foi desenvolvido pela Consultoria de Orçamentos, Fis-

calização e Controle da Casa, em parceria com a Secretaria Especial de Informática (Prodasen).

– O Siga Brasil integrou, em uma única base de dados, informações que estavam fragmentadas em vários outros sistemas que, por sua vez, estavam es-

palhados por diversos órgãos do Executivo e do Legislativo – explicou Rita Santos, consultora da Casa.

O sistema também reúne dados sobre o Plano Plurianual (PPA) e as transferências de recursos da União para estados, municípios e

entidades privadas. As informações estão disponíveis, gratuitamente, para qualquer pessoa que tenha acesso à internet.

A premiação é uma iniciativa do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) apoiada pela Universidade de Brasília.

Senadores destacam oportunidade da iniciativa que visa coibir desvio de conduta de profissionais que facilitam ação do crime organizado no país

# Advogado que ajuda crime pode ter suspensão preventiva

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem proposta que amplia a competência da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para julgar processos ético-disciplinares. Uma das alterações vai abrir caminho para a suspensão preventiva de advogados sob suspeita de envolvimento em ações criminosas para favorecer seus clientes.

Durante o debate na comissão, os senadores elogiaram a oportunidade do projeto (PLS

266/06) do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), no sentido de refrear desvios de condutas de profissionais como os que vêm facilitando o acesso de telefones celulares a criminosos dentro dos presídios. A proposição nasceu de sugestão da própria OAB, como fez questão de mencionar o autor. “Tive apenas a honra de apresentar a proposta”, comentou Alvaro.

A matéria foi relatada pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e, por ter recebido decisão terminativa, o projeto

irá direto para exame da Câmara dos Deputados, a não ser que seja apresentado recurso ao Plenário do Senado.

A CCJ também aprovou substitutivo da Câmara a projeto do Senado (PLS 131/05) que inclui as defensorias públicas no rol dos entes com legitimidade para propor ação civil pública. Autor do projeto original, Sérgio Cabral (PMDB-RJ) defendia a inclusão dos parlamentares no elenco dos entes habilitados para a iniciativa. A matéria vai ao Plenário.



Senadores da Comissão de Justiça aprovam proposta que aperfeiçoa a legislação

## Benefício para servidores com deficiência

Aposentadoria especial poderá ser concedida a servidores públicos com deficiências ou que exercam atividades sob condições prejudiciais à saúde e à integridade física, bem como para policiais com ocupações sujeitas a risco contínuo.

É o que estabelece projeto de lei (PLS 68/03 complementar) de autoria de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na forma de substitutivo apresentado pelo relator, Rodolpho Tourinho (PFL-BA). O substitutivo incorporou ainda o teor de um projeto (PLS 250/05 complementar) de autoria de Paulo Paim (PT-RS) e outro de Marco Maciel (PFL-PE).

A proposição regulamentar a Emenda Constitucional 47, de 2005, que incluiu as pessoas com deficiência e as que exercem atividade de risco entre as que podem ter direito a aposentadoria especial.

## Maior capital estrangeiro na aviação do país

Projeto que amplia a possibilidade de participação do capital externo nas empresas de transporte aéreo foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. De iniciativa de Paulo Octávio (PFL-DF), a proposição altera o Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA) para permitir que investidores estrangeiros aumentem dos atuais 20% para 49% sua participação no capital votante das empresas no mercado brasileiro.

Ao propor a ampliação, Paulo Octávio observa que a abertura do transporte aéreo foi adotada por vários países e que a crise das empresas do setor torna oportuna a medida.

O relator da matéria, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), argumenta que a iniciativa terá grande importância para o “fomento da aviação nacional”. Será uma contribuição para a entrada de investimentos externos em setor que enfrenta crise por conta da escassez de recursos, avaliou.

## Prefeitura será obrigada a divulgar verbas

As prefeituras que mantenham convênios com o governo federal poderão ser obrigadas a fazer ampla divulgação das liberações dos recursos, segundo projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A informação deve ser publicada nos mesmos órgãos em que a prefeitura divulga seus atos oficiais. Originária da Câmara dos Deputados, a matéria (PLC 5/05) foi relatada por Ney Suassuna (PMDB-PB).

A proposta foi acolhida com emendas de Roberto Cavalcanti (PRB-PB), uma delas estabelecendo punição aos prefeitos no caso de descumprimento da obrigação de divulgar o recebimento das verbas.

No parecer inicial sobre a matéria, que vai ao Plenário, Suassuna rejeitou a emenda que previa a punição, mas voltou atrás depois dos argumentos de senadores quanto à importância do mecanismo para maior transparência dos gastos públicos.

## Simplificação de inventário e separação

Parecer favorável a substitutivo que altera dispositivos do Código de Processo Civil, possibilitando a realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa, foi aprovado ontem pela Comissão de Justiça. A matéria será votada pelo Plenário.

O relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS), deu parecer favorável ao substitutivo dos deputados ao PLS 155/04, do senador César Borges (PFL-BA). Na Câmara, o projeto foi identificado como PL 6.416/05.

Segundo Simon, o texto permite a realização de inventários e partilhas por via administrativa desde que todos os herdeiros sejam civilmente capazes, haja um único bem a partilhar e inexistir credor do espólio. O texto estendeu tais prerrogativas aos processos de inventário e partilha em que não haja testamento e cujos interessados manifestem consenso e estejam assistidos por advogado.

## Projeto prevê recurso sobre direito de visita

Recebeu decisão terminativa na CCJ projeto que modifica o Código Civil a fim de garantir que o pai ou a mãe que não detiver a guarda dos filhos possa recorrer à Justiça para ver cumprido seu direito de visitação e de fiscalização da educação no caso de o detentor da guarda proibir a visita. O projeto (PLS 356/04), do senador César Borges (PFL-BA), foi relatado por Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que fez duas emendas, ambas aprovadas na CCJ.

O artigo 1.589 da Lei 10.406/02 (Código Civil) já assegura o direito de visitação a quem não detém a guarda. O parágrafo acrescentado visa garantir que, “havendo oposição injustificada”, quem se sentir prejudicado possa requerer ao juiz que lhe assegure o exercício dos direitos previstos na lei. Tourinho explicou que, apesar de o Código Civil conceder o direito de visita ao pai ou à mãe, não há uma regra que assegure o seu exercício.

## Prisão deve ter comunicação imediata a juiz

A prisão de qualquer pessoa deverá ser imediatamente comunicada ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada. É o que determina projeto aprovado na CCJ e encaminhado ao Plenário.

Pelo texto (PLC 77/06), também deverá ser encaminhado ao juiz, no prazo máximo de 24 horas após a detenção, o auto de prisão em flagrante, acompanhado das oitavas colhidas. Caso o detento não informe o nome de seu advogado, cópia integral do processo deverá ser entregue à Defensoria Pública.

O projeto altera o Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/41). De acordo com o relator da matéria, senador Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS), a proposição é inovadora ao agilizar a assistência da Defensoria Pública.

### Denúncias

A CCJ também aprovou o PLC 83/06, que institui o Programa Disque Idoso, que receberá denúncias de violência contra os idosos.

## Furto de sinal de celular e de TV por assinatura pode ser punido com prisão

Projeto do senador Aelton Freitas (PL-MG) que prevê punições a quem praticar furtos de frequências de telefone celular e de sinais de televisão por assinatura, com o objetivo de obter lucro, foi acolhido ontem pela Comissão de Justiça, em decisão

terminativa.

Atualmente, o Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei 2.848/40) pune com reclusão de dois a oito anos, mais multa, apenas quem furta energia elétrica. O projeto de Aelton (PLS 403/03) prevê a atualiza-

ção da legislação para punir o uso indevido também de sinais eletrônicos, eletromagnéticos e óticos, bem como de radiodifusão sonora ou de sinal e imagens, ou qualquer outra forma de energia ou sinal que possua valor econômico.

Para o autor da matéria, a punição deve ser estendida a essas novas modalidades de furtos de outras faixas de frequência pertencentes ao chamado espectro magnético, como aparelhos celulares e TVs por assinatura.

– Tais furtos estão cada vez

mais comuns e o Estado não pune com rigor os infratores, gerando perdas de receita para empresas, aumento de taxas para os consumidores honestos, sem falar na usurpação dos direitos intelectuais dos autores, produtores e artistas – concluiu.



Entre as informações divulgadas por Raupp e Gilmar Machado, após reunião com a equipe econômica, está a confirmação de reajuste do mínimo para R\$ 375

## Governo anuncia correção da tabela do IR em 3%

O governo concordou em reajustar a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física em 3% no dia 1º de janeiro próximo e outros 3% em 2008. A informação foi dada pelo relator-geral do Orçamento de 2007, senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Ele esteve reunido ontem pela segunda vez com a equipe econômica, quando recebeu a informação.

Raupp vinha pressionando o Executivo a conceder o reajuste, juntamente com o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Gilmar Machado (PT-MG). A proposta do relator previa dois reajustes, de 5% cada. O governo fez a contraproposta de 3%, índice próximo da inflação deste ano.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Bernard

Appy, e o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, ponderaram que o governo não tem dinheiro para uma correção mais elevada. Além disso, argumentaram, fica difícil corrigir a tabela do IR acima da inflação em um ano em que o salário mínimo terá apenas a inflação mais o crescimento do PIB *per capita*.

### Mínimo

Gilmar Machado informou que o Executivo aceitou manter o salário mínimo em R\$ 375, como havia previsto no projeto do Orçamento enviado ao Congresso. Há menos de dez dias, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, afirmou que, para cumprir a lei, o salário mínimo deveria ficar menor – R\$ 367. O relator-geral insistiu nos R\$ 375, agora confirmados.

Valdir Raupp reservou dinheiro no Orçamento de 2007 para bancar a perda de arrecadação proveniente da correção da tabela do Imposto de Renda – cerca de R\$ 437 milhões.

Os deputados e senadores apresentaram 8.908 emendas ao projeto do Orçamento para o próximo ano, as quais prevêem gastos totais de R\$ 79,4 bilhões, conforme levantamento feito pela Consultoria de Orçamento da Câmara e do Senado.

O relator-geral disse que só disporá de R\$ 12,6 bilhões para atender às emendas e a outros gastos de urgência que aparecem durante a discussão da lei orçamentária – 15,8% do que foi solicitado. O dinheiro é oriundo de uma reestimativa das receitas do governo feita pelo Congresso.



Comissão de Orçamento aprovou ontem estimativa de arrecadação para 2007

Raupp anunciou que só atenderá integralmente às emendas individuais – R\$ 6 milhões para cada parlamentar (R\$ 3,5 bilhões no total). As emendas de bancadas e regionais serão contempladas com R\$ 4,8 bilhões.

O senador decidiu usar parte

da reestimativa para destinar R\$ 500 milhões à área de saúde, além do previsto pelo governo, e outros R\$ 200 milhões para o Ministério da Defesa.

A CMO aprovou ontem a reestimativa de arrecadação feita pelos parlamentares.

## Jereissati defende aprimoramento das atividades das ONGs

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) defendeu, ontem, o estabelecimento de um canal permanente de discussão entre o Legislativo e as entidades que atuam no terceiro setor, além da criação de um marco legal que possibilite o aprimoramento das atividades desenvolvidas por essas instituições.

– Nosso papel no Legislativo será muito mais de buscar na experiência da sociedade civil organizada os seus anseios e propostas do que impor um modelo centralizado, com uma visão provavelmente míope e particularizada de um setor que é, por definição, amplíssimo.

Jereissati participou do 2º Fórum Senado Debate Brasil: “Terceiro Setor – Cenários e Perspectivas”, coordenado pela Secretaria de Coordenação Técnica e Relações Institucionais do Senado. A abertura do evento, no auditório do Interlegis, também contou com a presença do



Jereissati (E), ao lado de Serys, Renan, Efraim e Palmeira, propõe um canal de discussão

presidente do Senado, Renan Calheiros, do diretor-geral da Casa, Agaciél Maia, e do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Guilherme Palmeira. O fórum prossegue hoje.

Ao participar do painel “A Experiência Brasileira”, o senador Flávio Arns (PT-PR) defendeu a criação de um cadastro nacional para organizações não-governamentais (ONGs) e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos (Oscips). Segundo Arns, existe grande discrepância de informações oficiais sobre o número dessas entidades no país e falta de outros dados relevantes, como localização e área de atuação.

No mesmo painel a senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) dis-

correu sobre casos de sucesso de várias ONGs, como a Articulação Semi-Árido Brasileiro (ASA), que atua no Nordeste em prol do acesso das populações a água limpa e potável.

O presidente do TCU disse que a instituição determinou a criação de um grupo de trabalho para aperfeiçoar as técnicas de controle sobre as transferências de recursos públicos às organizações não-governamentais.

As entidades sem fins lucrativos no país passaram de 107 mil, em 1996, para 276 mil, em 2002, de acordo com dados apresentados pela diretora de Estudos Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Anna Peliano.

## Renan frisa busca pelo interesse da sociedade e racionalidade nos gastos

Ao abrir, ontem, o 2º Fórum Senado Debate Brasil, cujo tema é “Terceiro Setor – Cenários e Perspectivas”, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que as ações institucionais da Casa são sempre orientadas por dois princípios: o real interesse dos diversos segmentos da sociedade e a racionalidade no uso dos recursos financeiros.

Renan considerou um privilégio afirmar que, em 2005, pela primeira vez, a Casa não usou recursos de suplementações orçamentárias. A utilização dessas suplementações, lembrou, é comum na administração pública. O senador acrescentou que “essa pauta do gasto inteligente e racional só está sendo possível no Senado porque há vontade política do presidente, do primeiro secretário Efraim Morais, da Mesa diretora, dos líderes e demais senadores”.

– E, mais importante, isso não nos desviou um milímetro da execução das atividades estratégicas previstas, mesmo com as difi-

culdades políticas que todos nós conhecemos. E foi justamente em 2005 que tivemos o maior número de leis aprovadas de iniciativa de parlamentares. Isso não ocorria desde a Constituição de 1988.

Sempre enfatizando o esforço do Senado em melhorar o país, Renan Calheiros disse que debater o trabalho realizado pelas organizações não-governamentais que integram o terceiro setor resultará em mais segurança jurídica para elas e na ampliação da inclusão social no Brasil.

De acordo com o presidente do Senado, o terceiro setor é responsável hoje por 5% do produto interno bruto (PIB) e pelo emprego de 1,5 milhão de pessoas. E aproximadamente 62% das instituições que fazem parte do heterogêneo setor surgiram após 1990.

– Não por coincidência, nesse mesmo período a cidadania brasileira ganhou novos contornos e uma consciência mais ativa – ressaltou Renan Calheiros.

## Congresso faz sessão pelo fim da violência contra as mulheres

O Congresso realiza hoje, às 10h, sessão solene em homenagem ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, comemorado no dia 25.

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que presidiu a Comissão Temporária do Ano Internacional

da Mulher Latino-Americana e Caribenha, encerrada em março, deverá ressaltar, durante a sessão, a situação em Pernambuco, onde a violência já matou, até o dia 20 deste mês, 274 mulheres.

A sessão lembrará também a campanha “Dezesseis Dias de

Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres”, que ocorre desde 1991 em 130 países. No Brasil, é promovida pela ONG Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (Agende), em parceria com instituições, órgãos governamentais e empresas, com

o slogan “Uma vida sem violência é um direito das mulheres”.

Pelo menos uma em cada três mulheres é vítima de violência física, sexual, ou de algum tipo de abuso durante sua vida. Em geral, o agressor é uma pessoa íntima ou membro da família.



Paulo Bernardo e Jorge Hage defendem, na CPI dos Sanguessugas, divulgação de dados como importante instrumento na fiscalização dos gastos públicos



Célio Azevedo

Na mesa da CPI: o gestor público Afonso Almeida (E), Paulo Bernardo, Biscaia, Amir Lando, Jorge Hage e Luiz Navarro, da CGU

## Internet vira arma contra a corrupção, dizem ministros

A CPI dos Sanguessugas ouviu ontem sugestões de ministros para aumentar a eficiência na fiscalização de gastos públicos a fim de evitar fraudes. Os ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, e do Controle e Transparência, Jorge Hage, vêem na informatização e na divulgação de dados via internet uma importante arma na luta contra a corrupção.

As propostas apresentadas pelos ministros contribuirão para a elaboração do relatório final da CPI, a cargo do senador Amir Lando (PMDB-RO). Para o relator, a função da comissão não é apenas de punir a corrupção, mas também de preveni-la e ajudar a construir uma metodologia de combate a irregularidades.

— A informatização é o primei-

ro caminho como mecanismo de controle. Claro que é uma ferramenta que também precisa de ética em seu uso, mas estar *online* é um controle imediato — destacou Lando.

Paulo Bernardo afirmou que o Ministério do Planejamento vem examinando maneiras de melhorar a fiscalização dos cerca de cem mil convênios feitos pelo governo federal com os entes federativos e com o terceiro setor. Ele contou que o governo lida com diversos problemas para realizar as fiscalizações, como controle manual e lento, que leva a atrasos nas prestações de contas por parte dos recebedores de recursos.

O ministro sugeriu a criação de um portal para esses convênios, onde todo cidadão poderia

acompanhar a apresentação do projeto, assim como o andamento e sua execução.

No portal, seriam também padronizados os convênios celebrados e definidos os parâmetros de elegibilidade dos contratos. As entidades privadas poderiam acompanhar os depósitos e informar as despesas. Paulo Bernardo calcula que, dentro de um ano, o portal pode estar operando.

O ministro sugeriu ainda um limite mínimo de R\$ 150 mil para que a fiscalização dos convênios fique a cargo do ministério, uma vez que contratos inferiores a esse valor não compensariam os gastos que a administração federal tem em sua fiscalização. Os contratos menores ficariam sob o controle dos próprios entes federativos.

Durante a reunião de ontem da CPI dos Sanguessugas, uma das principais propostas apresentadas pelo ministro do Controle e da Transparência, Jorge Hage, foi o incremento do Portal da Transparência na internet ([www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)).

Ele também defendeu o aprimoramento da formulação dos programas de governo; a informatização do processo de análise e padronização das especificações dos projetos apresentados aos ministérios; e a confecção de tabelas atualizadas de preços de

materiais a serem comprados.

O ministro propôs ainda que as informações das contas que recebem recursos públicos por convênios firmados com a União não sejam protegidas por sigilo bancário.

Outra proposta foi a exigência de que as câmaras legislativas e a promotoria pública dos municípios sejam informadas sobre o recebimento de verbas e apresentação de propostas pelas prefeituras. Hage afirmou que os ministérios “tiveram sua estrutura desmontada nos anos

90 e chegaram a ter números intoleráveis” de funcionários terceirizados, e disse lamentar a “falta de pessoal da Controladoria Geral da União”.

Ao final da exposição dos ministros, o relator da CPI, Amir Lando, destacou a importância de serem restaurados os sistemas de controle interno do Estado. O senador defendeu ainda a instituição do orçamento impositivo, o que, em sua opinião, acabaria com a figura do intermediário na liberação de verbas orçamentárias, diminuindo a corrupção.

## Suplicy lê artigo de Gandra sobre tendência de aumento do terrorismo

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu ontem, em Plenário, artigo do jurista Ives Gandra Martins, publicado pela *Folha de S. Paulo*, sobre a tendência de aumento do terrorismo. Essa situação seria uma resposta às investidas dos Estados Unidos no Iraque e no Afeganistão após os ataques de 11 de setembro de 2001 em Nova York.

Ao analisar as conseqüências da invasão do Iraque, o jurista salientou a corrida nuclear dos países incluídos no chamado “eixo do mal”, como Irã e Coréia do Norte, pela morte de milhares de inocentes e o aumento da destruição por conta do “uso da força e não da inteligência”.

O senador ressaltou também a



Célio Azevedo

Visita do papa Bento XVI à Turquia também é ressaltada por Suplicy

visita do papa Bento XVI à Turquia, em busca de entendimento com os muçulmanos, dizendo que o país poderia servir de “ponte de diálogo” com os países da Ásia, por conta de sua posição geográfica.

## Orçamento ficará mais transparente, afirma Jucá

Ao registrar que o Congresso aprovou na terça-feira novas normas para disciplinar o funcionamento da Comissão Mista de Orçamento (CMO), o senador Romero Jucá (PMDB-RR) destacou que as alterações, que entrarão em vigor a partir do próximo ano, tornarão mais transparentes a discussão e a apresentação de emendas ao Orçamento da União, além de fechar algumas brechas que poderiam levar a fraudes.

Jucá também lembrou que, como relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano, incluiu em seu relatório modificações nas normas para assinatura



Jane Araújo

Mudanças na tramitação devem fechar brechas para fraudes, diz Romero Jucá

de convênios entre o governo federal e organizações não-governamentais (ONGs). Ele explicou que suas propostas tiveram o objetivo de oferecer mais transparência e visibilidade e facilitar a fiscalização da aplicação dos recursos públicos pelas ONGs.

Em aparte, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) cumprimentou Romero Jucá pelas proposições.

## Gilvam: Amapá tem dificuldades em contratar empréstimo com o BID

Ao reassumir ontem o mandato, do qual havia se licenciado, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) relatou em Plenário “as imensas dificuldades” que o estado do Amapá vem enfrentando para conseguir concretizar empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinado ao Programa de Melhoramento da Qualidade Ambiental Urbana do Amapá, no valor total de US\$ 70 milhões.

Gilvam registrou que o programa é de fundamental importância para a melhoria das condições de vida da população das principais cidades do Amapá: Macapá, Santana e Laranjal do Jari. Para que o empréstimo seja efetivado, disse o senador, é necessário que a Comissão de Financiamentos Externos



Roosevelt Pinheiro

Recursos vão melhorar condições de vida da população, explica Gilvam

(Cofix) do Ministério do Planejamento revalide documento em que se manifesta favoravelmente ao pleito do estado.

O parlamentar declarou que o governador do Amapá, Waldez Góes, já procurou até o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para buscar a efetivação do empréstimo.



## ACM critica Lula por se recusar a falar sobre negócios de Fábio Luiz

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou ontem, em Plenário, o presidente Lula por este se recusar a falar sobre a parceria da Gamecorp, empresa de seu filho, Fábio Luiz, com a antiga Rede 21, hoje Play TV. Contrato de publicidade firmado pela Play TV teria rendido à Gamecorp verbas de diversas empresas

públicas, entre elas Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Ministério da Saúde e até mesmo a Secretaria de Administração da Presidência da República.

Na avaliação do senador, o recebimento de verbas publicitárias do governo pela Gamecorp já é uma prova da ilegalidade dos negócios.

ACM também criticou a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, por ter defendido o governo, alegando que não se deve “demonizar” as organizações não-governamentais (ONGs) e, sim, fiscalizá-las. Para o senador, a fiscalização não é feita pela Controladoria Geral da União (CGU) para que o governo “pos-

sa roubar por meio das ONGs”. Ele disse que, apesar do intenso trabalho de fiscalização realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), não é possível exercer uma plena fiscalização.

Ao finalizar seu discurso, o senador protestou contra a proposta governista de coalizão, a qual chamou de “imoralidade”.



Antonio Carlos também protesta contra proposta governista de coalizão

Fotos: Roosevelt Pimentão

## Cavalcanti: “Não adianta criar uma nova Sudene sem orçamento”

Lembrando encontro de bispos do Nordeste ocorrido há 50 anos e que se repete esta semana na mesma cidade de Campina Grande (PB), Roberto Cavalcanti (PRB-PB) defendeu a recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Para o senador, a superintendência já “falecera” pela falta de recursos quando foi extinta, há cinco anos.

– A Adene [Agência para o Desenvolvimento do Nordeste], criada para administrar o inventário da falecida, cumpriu o seu papel – argumentou.

Cavalcanti recordou que o Senado já havia aprovado a recriação da



Segundo Cavalcanti, recriação da superintendência foi promessa de Lula

Sudene, e a Câmara aprovou o projeto na terça-feira, mas observou que é necessário um orçamento que permita a sua atuação. Ele afirmou que a recriação da Sudene foi uma das promessas da campanha de Lula à reeleição.

## Azeredo reclama da exclusão de cinco municípios mineiros de projeto

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) criticou a decisão da Câmara de excluir cinco municípios mineiros do projeto, aprovado na terça, que recria a área da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Eles haviam sido incluídos no substitutivo ao PLC 59/04 que o Senado aprovou em dezembro do ano passado.

De acordo com o representante de Minas Gerais, Buenópolis, Joaquim Felício, Augusto de Lima, Monjolo e Santo Hipólito têm as mesmas condições climáticas dos outros que compõem a área de abrangência da superintendência.

Azeredo também afirmou que



Azeredo explica que substitutivo incluía essas cidades por suas condições climáticas

“projetos dos senadores ficam para segundo plano na Câmara”, e citou um projeto de lei de sua autoria (PLS 287/03), aprovado em 2004 pelo Senado, que está tramitando naquela Casa até hoje.

## Mudança no ensino fundamental requer debate amplo, diz Garibaldi

Senador propõe que Comissão de Assuntos Econômicos discuta – antes que a proposta siga para a Câmara – extensão da carga horária dos estudantes para oito horas diárias

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) propôs que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) amplie o debate sobre o projeto de lei (PLS 234/06) que estende para oito horas diárias a carga horária do ensino fundamental, que hoje é de cinco horas. O projeto, do senador Marcos Guerra (PSDB-ES), foi aprovado em decisão terminativa na Comissão de Educação (CE) e pode seguir diretamente para a Câmara caso não haja recurso de pelo menos nove senadores para que seja examinado pelo Plenário.

– Alguns senadores estão pedindo que a matéria seja discutida



Garibaldi: iniciativa deve ser aprovada com garantia de ser efetivada na prática

na CAE e, entre eles, estou eu, porque acho que iniciativa como essa precisa ser devidamente

discutida, senão será mais um malogro, uma decepção, um retrocesso que a educação do país não pode suportar – disse.

Para o senador, a proposta de educação integral, de fundamental importância para o país, deve ser aprovada com garantia de ser efetivada na prática. Ele acredita que seria melhor um projeto que contemplasse apenas alunos com dificuldades de aprendizado, que permaneceriam mais tempo na escola.

Garibaldi recebeu apertados de Romero Jucá (PMDB-RR), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Jefferson Péres (PDT-AM).

## Flávio Arns apóia matrícula de crianças menores de seis anos

Flávio Arns (PT-PR) manifestou ontem apoio a uma liminar que autoriza crianças de seis anos a se matricularem no primeiro ano do novo ensino fundamental – que tem duração de nove anos –, mesmo quando elas não tenham completado essa idade no início de 2007. Conforme o parlamentar, essa decisão judicial foi tomada em resposta à determinação do Conselho Estadual de Educação do Paraná que limitava a matrícula aos alunos que já tivessem

completado seis anos até 1º de março do respectivo ano.

O senador destacou que a liminar é válida somente para as escolas que acionaram a Justiça, contestando o órgão paranaense. Acrescentou haver também um pré-requisito para a matrícula: essas crianças devem estar cursando neste ano o Jardim II.

Para Arns, a liminar vai ao encontro dos objetivos da Lei 11.274/06, cujo projeto havia sido aprovado pelo Senado no



Liminar concorda com a lei que ampliou duração do ensino fundamental, diz Arns

início do ano. Segundo ele, essa lei – que ampliou a duração do ensino fundamental de oito para nove anos – antecipa em um ano a presença escolar dos alunos na escola pública.



Heráclito lembra que Lula teve o combate às privatizações como lema de campanha

## Heráclito estranha anúncio de privatização do aeroporto de Natal

Heráclito Fortes (PFL-PI) disse ter estranhado o fato de a ministra da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff, anunciar a intenção do governo de privatizar o aeroporto de Natal.

Heráclito lembrou que o presidente Lula elegeu como carro-chefe de sua campanha à reeleição,

no segundo turno, o combate às privatizações. Heráclito chamou a atenção, ainda, para o momento em que o anúncio foi feito, de crise no setor aéreo, perguntando quem iria investir em um aeroporto no Brasil.

Em apertados, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Eduardo

Azeredo (PSDB-MG) disseram que também estranharam o anúncio, e Efraim Moraes (PFL-PB) lamentou que o aeroporto de João Pessoa esteja em reforma há mais de dois anos.

Sobre a absolvição dos senadores denunciados por envolvimento com a máfia das ambulâncias, He-

ráclito afirmou que seria difícil o Conselho de Ética “optar por cercar um mandato conferido pelo povo, já que cassação por injustiça não mata, mas aniquila”.

O senador ainda condenou as críticas de Lula à aprovação do abono natalino aos beneficiários do programa Bolsa Família.



## Paim elogia aprovação do texto que regulamenta exercício da medicina

Paulo Paim (PT-RS) aplaudiu a aprovação, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), do substitutivo da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) aos projetos de Lei do Senado 25/02 e 268/02, que regulamentam o exercício da profissão da medicina. O senador lembrou aos acupunturistas, fisioterapeutas e profissionais de outras áreas, que teriam ficado insatisfeitos com a redação final, que a matéria será votada em segundo turno na própria CAS e ainda será apreciada pelo Plenário.

– O relatório de Lúcia Vânia foi fruto de amplo acordo. Entendo que foi uma decisão madura e equilibrada que garante a todos os que atuam na área da saúde o seu espaço de direito. O debate prosseguirá na semana que vem, tanto na CAS quanto no Plenário – afirmou.

## Pavan reivindica liberação de verbas de 2006 para SC

Leonel Pavan (PSDB-SC) fez um apelo pela liberação de R\$ 15 milhões em emendas de sua autoria ao Orçamento da União de 2006, destinados a aumentar o turismo em Santa Catarina. O senador disse esperar que os recursos sejam liberados antes de sua saída do Senado, em 2007, quando assume o cargo de vice-governador de seu estado.

– Eu quero crer que o ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, não vai me deixar sair desta Casa sem me atender. Essa seria minha maior frustração – afirmou.

## Efraim registra reclamação de embaixador contra Celso Amorim

Efraim Moraes (PFL-PB) registrou ontem, em Plenário, nota divulgada pelo embaixador brasileiro em Portugal, Antonio Paes de Andrade, na qual este protesta contra um telefonema que teria recebido do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, anunciando sua substituição no posto.

Na nota, Paes de Andrade (ex-deputado e ex-presidente da Câmara) informa que o ministro pediu a ele que encaminhasse ao governo português a sugestão de troca do titular do cargo. O embaixador teria dito a Amorim que o pedido seria prerrogativa do presidente da República, a que o ministro teria reagido com descortesia.



Paim lembra que a matéria será votada em 2º turno na CAS e vai a exame do Plenário

Outro assunto abordado por Paim foi a inauguração de máquinas da Secretaria Especial de Editoração e Publicação (Seep) para impressão em braile. A partir de agora, disse, a gráfica do Senado poderá imprimir, com tecnologia de Primeiro Mundo, livros, revistas e jornais no código tátil de leitura e escrita adotado pelos cegos.



Pavan espera que os recursos sejam liberados antes de sua saída do Senado

Pavan destacou a necessidade de apoio do governo federal às demandas do povo catarinense. Assim, apontou a necessidade de investimentos públicos em infra-estrutura, notadamente na ampliação da capacidade de movimentação de cargas nos portos do estado.



Segundo nota lida por Efraim, ministro teria sido “violento e deselegante”

Efraim classificou o fato de “violento e desrespeitoso”. Ele condenou a atitude de Amorim e, ao lembrar a saída do então ministro da Educação Cristovam Buarque, disse ser praxe do governo Lula “demitir por telefone”.

Senador cita caso de advogados ligados ao PCC e pede à Câmara que vote proposta com rapidez, para que lei possa ser sancionada ainda este ano

## Alvaro defende a ampliação do poder disciplinar da OAB

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) agradeceu ontem, em discurso, o empenho dos parlamentares pela aprovação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, de proposta de sua autoria que permite à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) suspender preventivamente advogados sob suspeita de envolvimento em ações criminosas para favorecer seus clientes.

Ele disse esperar que a Câmara dos Deputados manifeste o mesmo interesse pela matéria, para que a lei seja sancionada ainda este ano e as alterações possam ser implementadas o quanto antes. A proposição, como destacou, foi sugerida pela própria OAB.

Alvaro esclareceu que as modificações propostas se restringem aos delitos de natureza ético-disciplinar de repercussão nacional, “que desbordem das fronteiras dos estados”. A competência



Proposta de Alvaro altera Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil

punitiva originária fica reservada à instância maior – no caso, o Conselho Federal da OAB.

Na justificativa do projeto, o parlamentar ressalta que “a mensagem que chega à sociedade é que a OAB atua com leniência ante a patologia profissional, o que acarreta comprometimento da advocacia e desgaste da instituição, tão presente na história do país, por sua atuação intransi-

gente contra a ofensa ao estado de direito”.

– Esse projeto tem o objetivo, sobretudo, de evitar a contaminação da advocacia pela insegurança criada pelo crime organizado, que promove a percepção de que a guerra entre as instituições e a criminalidade tem reduzido o poder do Estado. Essa percepção é danosa à imagem da profissão. Até no seio da OAB, admite-se a existência de expressiva parcela de advogados que descumprem deveres profissionais para comunicar com a delinqüência – afirmou o senador.

Alvaro mencionou, por exemplo, o caso dos advogados que teriam colaborado com a facção criminosa Primeiro Comando de Capital (PCC), ou que inserem telefones celulares nas penitenciárias, permitindo que seus clientes coordenem ações criminosas até em outros estados.

## Osmar invoca coerência e pede ao PDT que não se alie ao governo

Osmar Dias (PR) dirigiu, ontem, apelo ao seu partido, o PDT, para que reflita e seja coerente antes de decidir se vai ou não aderir ao governo Luiz Inácio Lula da Silva. O senador assinalou que o PDT teve candidato próprio à Presidência da República – Cristovam Buarque (DF) – e optou pela independência.

– Não acho coerente um partido que havia decidido se afastar do governo mudar agora de opinião.

Se o comandante Leonel Brizola estivesse vivo, a atitude do PDT seria diferente. Eu não vou mudar e vou continuar independente. O PDT precisa analisar muito bem que posição vai assumir.

Osmar Dias observou que o motivo de o PDT ter saído da base no início do atual governo foram as contradições entre o que Lula pregava e o que passou a fazer como presidente. Ele foi apartado por Almeida Lima



Osmar lembra que agremiação optou pela independência

(PMDB-SE), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Jefferson Péres (PDT-AM), Efraim Moraes (PFL-PB), Sibá Machado (PT-AC) e Heráclito Fortes (PFL-PI).

## Mozarildo cobra mais agilidade em votações na Câmara

Em discurso no Plenário, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) reclamou ontem de que mais de uma dúzia de projetos de sua autoria, já aprovados pelo Senado, estão parados há meses na Câmara. O senador fez um apelo aos líderes partidários e ao presidente da Câmara, deputado federal Aldo Rebelo, para que ambas as Casas busquem soluções para a demora, que prejudica também projetos de outros senadores.

Mozarildo ponderou que o processo legislativo da Câmara é mais complexo que o do Senado, mas disse que os senadores sem-



Mozarildo aponta demora dos deputados em votar projetos aprovados no Senado

pre procuram apreciar as matérias aprovadas e enviadas pelos deputados. O senador citou como exemplo da demora a Proposta

de Emenda à Constituição 16/02, de sua autoria, que determina que as instituições federais de ensino superior localizadas na Amazônia Legal terão direito a 0,5% dos recursos da União provenientes do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

O texto prevê que os recursos serão aplicados em programas de ensino, pesquisa e extensão para a promoção do desenvolvimento sustentado. Aprovada no Senado em maio de 2003, a PEC foi enviada à Câmara no mesmo mês, mas ainda não foi votada.